



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo - SUPEL-COEDU

TERMO

DE JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão eletrônico n.º **90184/2024**

Objeto: Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas - desinsetização, desratização, descupinização e manejo, incluindo o fornecimento de todo material necessário à adequada prestação de serviços (isca, equipamentos, ferramentas EPI's, uniformes etc), mediante Sistema de Registro de Preços.

Lei n.º: 14.133/2021

Processo administrativo n.º 0029.031531/2023-21

Recorrente: **J. PEREIRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**

Recorrida: **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS**

1. SÍNTESE

- 1.1. Trata-se de análise de recurso administrativo interposto pela empresa **J. PEREIRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, apresentado de forma tempestiva, no âmbito do Pregão Eletrônico nº **90184/2024** cujo objeto envolve serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas - desinsetização, desratização, descupinização e manejo, incluindo o fornecimento de todo material, mediante Sistema de Registro de Preços, para a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.
- 1.2. A recorrente contesta a habilitação da **recorrida**, apontando que o alvará sanitário da sede, item 8.47.11 do Anexo I do Edital, não atende ao documento solicitado em diligência e retrata que a atitude da vencedora de encaminhar documento divergente é ato de má-fé.
- 1.3. A empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS**, por sua vez, apresentou contrarrazões dentro do prazo legal, defendendo a legalidade de sua proposta e a regularidade de seu alvará sanitário entregue no momento da proposta, em 12/05/2025, o que teve validade expirada em 04/07/2025.
- 1.4. É o necessário.

2. DO RECURSO

- 2.1. A empresa **J. PEREIRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, devidamente representada, interpôs recurso tempestivo nos grupos 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12 e 17, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, argumentando que:
 - a) A recorrida **não apresentou** o **alvará sanitário** solicitado;
 - b) O documento apresentado pela **GLOBAL** está em desacordo com a solicitação do(a) Pregoeiro(a);
 - c) Usufruto de má-fé por apresentar taxa de inspeção veicular, em vez de alvará sanitário.
- 2.2. Por fim, a recorrente requer a **inabilitação** da **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS** e que o(a) Pregoeiro(a) reconsidere a sua decisão.

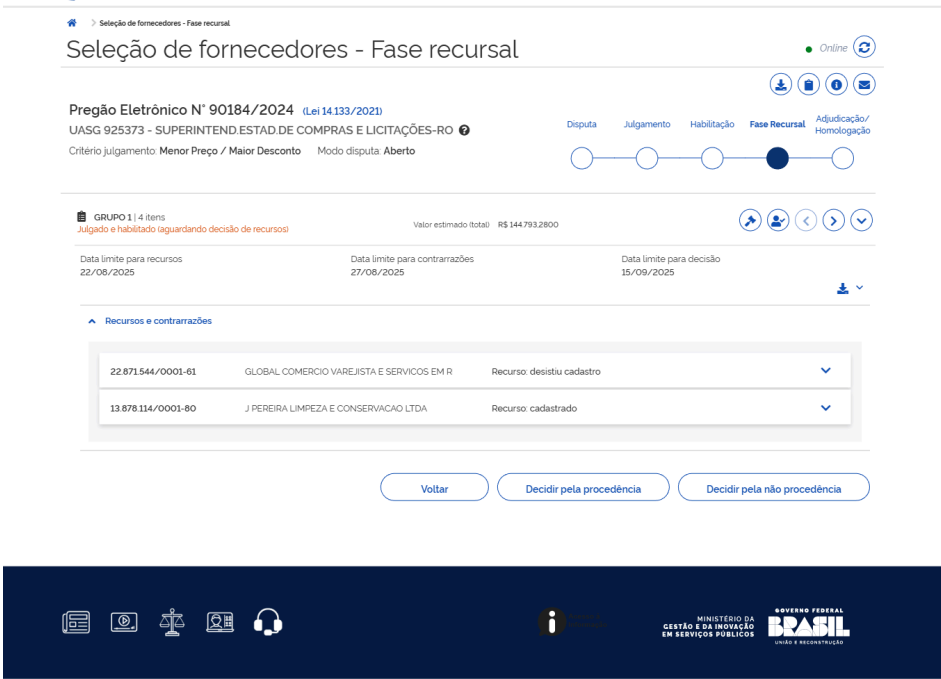
3. DA CONTRARRAZÃO

- 3.1. A empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS**, vencedora do certame nos grupos 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12 e 17, apresentou contrarrazões tempestivamente, conforme previsão do art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, em face do recurso interposto, no âmbito deste Pregão Eletrônico.
- 3.2. Em síntese, a recorrida defende a regularidade de sua habilitação, argumentando que:
 - a) Seu **alvará sanitário** estava **válido** no momento **da entrega das propostas, em 12/05/2025**, e apenas expirou em 04/07/2025;
 - b) A **regularização da validade do documento** está **amparada pelo item 12.8.2 do Edital** cuja **validade se encerre após o recebimento das propostas**;
 - c) A empresa sustentou que não houve **omissão** ou **má-fé**, mas apenas **equivoco de interpretação quanto ao documento apresentado**;
 - d) A **renovação do alvará sanitário** da sede foi **protocolado** no dia **10/07/2025**.
- 3.3. Dessa forma, os argumentos apresentados na contrarrazão foram devidamente considerados e serão analisados em conjunto com os fundamentos dos recursos administrativos, a fim de subsidiar a decisão quanto ao mérito.

4. ANÁLISE

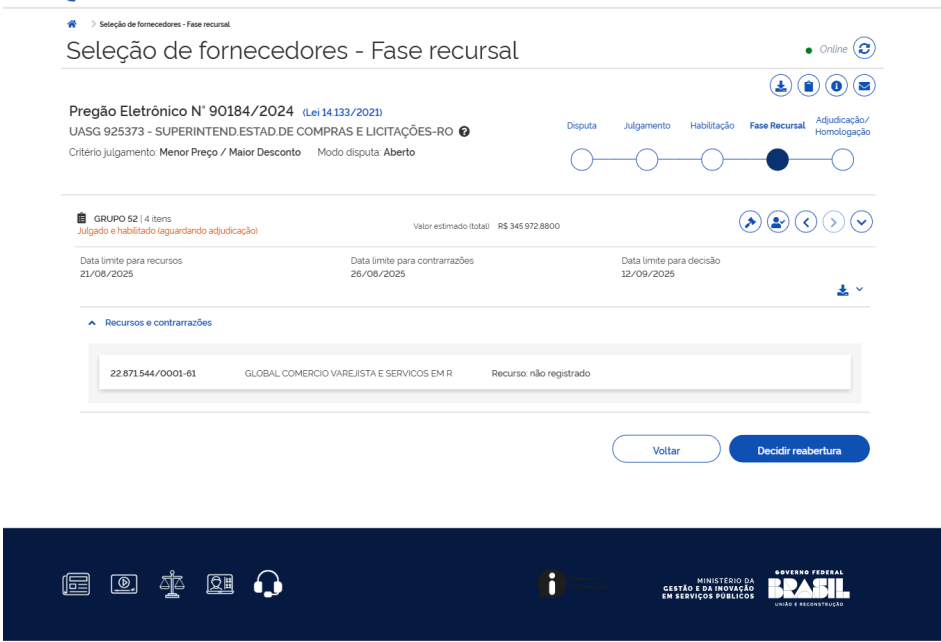
- 4.1. Antes de entrar no mérito do recurso, é importante informar que a **recorrida** intencionou recurso administrativo em todos os Grupos do Pregão eletrônico n.º **90184/2024**, inclusive nos quais ela foi vencedora, observe o Grupo 1 e 52:

Imagem 1 - Grupo 1 do PE 90184/2024



Fonte: ComprasGov


Imagem 2 - Grupo 52 do PE 90184/2024



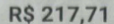
Fonte: ComprasGov

- 4.2. Nesse contexto, causa estranheza a **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS** apresentar recurso em todos os Grupos, ainda que tenha declinado, ocasionando assim atraso na adjudicação dos demais Lotes.
- 4.3. É importante ressaltar que, após a intenção recursal, o sistema paralisa os demais atos concedendo a oportunidade contida no inc. I, Art. 165, da Lei n.º 14.133/2021 para manifestação do recorrente quanto ao indeferimento de pré-qualificação, julgamento das propostas, ato de habilitação/inabilitação, anulação/revogação e extinção contratual. Neste caso, a **recorrida** peticionaria seus recursos por julgamento das propostas e ato de habilitação/inabilitação.
- 4.4. Dessa forma, ressalta-se que a legislação penal prevê sanções para condutos que possam comprometer a lisura do certame, conforme Art. 337-I do Código Penal, podendo ainda ser aplicada ao responsável infração administrativa, conforme Art. 155 e 156 e seus parágrafos da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.5. **Quanto ao mérito do recurso**, tem-se que:
- a) A data de abertura do Pregão: **12/05/2025**;
 - b) Vencimento do alvará sanitário: **04/07/2025**;
 - c) A convocação para entregar a proposta da **recorrida**: **18/08/2025**;
 - d) Primeira diligência: **19/08/2025**; e
 - e) Última diligência: **04/09/2025**.
- 4.6. Logo, ao observar a sua convocação efetiva, **18/08/2025**, o seu **alvará sanitário já se encontrava vencido**, uma vez que sua data de validade era **04/07/2025**. Diante disso, tanto o inc. I, quanto o II, ambos do Art. 64, da Lei n.º 14.133/2021 permitem diligenciar documentos, seja para complementar informações ou atualizar validade, nesse sentido não se trata de ato antijurídico realizado pelo(a) condutor(a) do processo licitatório, mas sim de total cumprimento dos princípios do julgamento objetivo, igualdade entre outros estabelecidos no Art. 5º da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.7. Embora a **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS** tenha encaminhado a documentação referente à diligência, apresentou documentação incompatível com a exigência, a qual por lapso foi avaliada como válida para comprovar o referido alvará, observe:

Imagem 4 - Documento encaminhado via diligência pela recorrida

	PROTOCOLO N°	ANO								
	08.11003 2018									
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO PROTOCOLO										
Nome: Global Comercio Vendedor										
Especial/Descrição: Rendimento										
c/		fls.								
<table border="1"> <tr> <th rowspan="2">RUBRICA</th> <th colspan="2">ENTRADA</th> </tr> <tr> <th>DATA</th> <th>HORA</th> </tr> <tr> <td>Famili</td> <td>10/07/25</td> <td></td> </tr> </table>			RUBRICA	ENTRADA		DATA	HORA	Famili	10/07/25	
RUBRICA	ENTRADA									
	DATA	HORA								
Famili	10/07/25									
AS INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO PROCESSO SO SERÃO PRESTADAS MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DESTE PROTOCOLO.										

[illegible]



Comprovante de envio Pix


R\$ 217,71

Transferido em 15/07/2025 às 13:37:31

Pagamento referente ao Boleto

00022413690007059730 Vencimento 14 08 2025 R

217 71

 Comprovante para simples
confirmação gerado em 15/07/2025
às 12:37:34

Recebedor

Nome

MUNICIPIO DE PORTO VELHO

CPF/CNPJ

.*3.125/0001-

Instituição

BCO DO BRASIL S.A.

Pagador

Nome

GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E
SERVICOS EM RECARGAS D

CPF/CNPJ

.*1.544/0001-

Instituição

SICOOB AMAZÔNIA

Detalhes do pagamento

Identificador

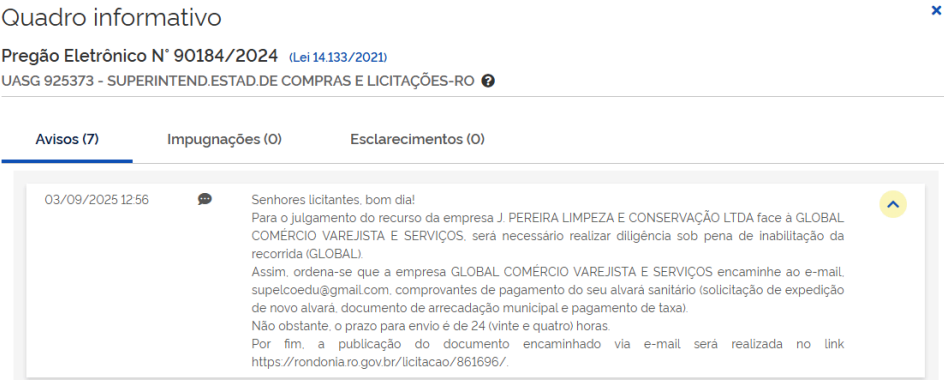
BOLETO22413690007059730DATA1507

2025

Fonte: Diligência ComprasGov

- 4.8. Diante disso, note que a diligência fez alusão ao **alvará sanitário**, porém foi encaminhado documento de arrecadação municipal (**DAM**) de **taxa de inspeção sanitária de veículo: tipo furgão**, sendo comprovado o seu pagamento por meio do envio de pix conforme identificador **boleto22413690007059730**, o qual coincide com número da **DAM** da **inspeção do furgão** após o dígito 90 - 00190000090**224136900407059730**171111730000021771.
- 4.9. Portanto, pelo documento comprovado via sistema não ter pertinência com a diligência, verifica-se que a **habilitação da recorrida** ocorreu de forma irregular. Todavia, visando à manutenção da proposta apta a gerar o melhor resultado, foi oportunizado que a empresa **GLOBAL COMÉRCIO** encaminhasse, por meio de nova diligência, documento o qual atestasse o pedido e pagamento do novo **alvará sanitário da sede da empresa conforme equívoco informado em suas contrarrazões**, observe:

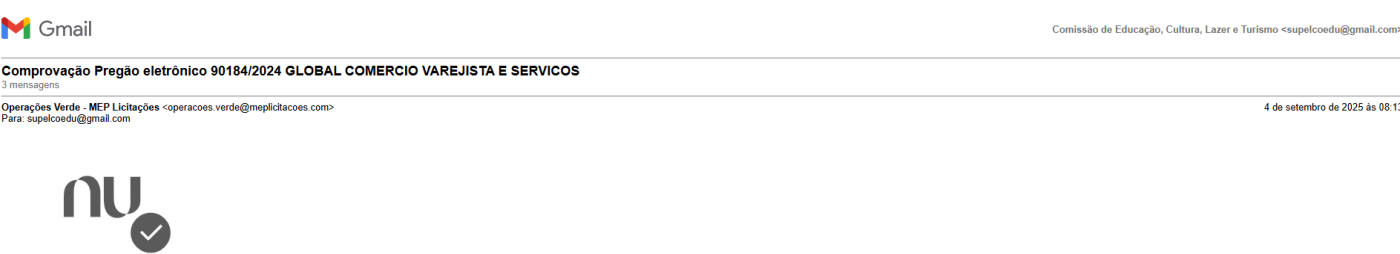
Imagem 5 - Aviso de diligência 03/09/2025



Fonte: Chat mensagens

- 4.10. Em resposta à segunda diligência, a empresa **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS** encaminhou tempestivamente a documentação, conforme dia, **04/09/2025**, e hora estabelecidos, **07:13**:

Imagem 6 - Resposta à segunda diligência



Fonte: E-mail supelcoedu@gmail.com

- 4.11. Não obstante, é de suma importância demonstrar os dados do comprovante de pagamento e da DAM do alvará de **04/09/2025 às 08:13**.

Quadro 1 - Dados do comprovante e DAM do alvará sanitário

Comprovante de pagamento	Dados do comprovante	DAM	Dados da DAM
Identificação	BOLETO22413690007157339DATA03092025	Identificação	TAXA FISC SANITÁRIA Nº 1251/25 - DANIELE
Data do documento	03/09/2025	Data do documento	03/09/2025
Vencimento	03/10/2025	Vencimento	03/10/2025
Valor original	R\$ 792,64	Valor original	R\$ 792,64
Devedor	Capital Extintores	Pagador	GLOBAL COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS EM RECARGAS D
Linha digitável	00190.0000902241.369004 07157.339172 8 12230000079264	Linha digitável	00190000090224136900407157339172812230000079264

Fonte: Documentos encaminhado pela Global Id. (0064028685/0064028789)

- 4.12. Vale ressaltar que a **recorrida não comprovou em sua contrarrazão**, em **27/08/2025**, a **emissão da DAM** e o seu **comprovante de pagamento relativo ao alvará sanitário**. Nesse sentido, foi exercido o direito de defesa com fundamento jurídico, **mas sem fato que ratificasse a sua regularidade sanitária** ou o seu protocolo e pagamento prévio, **havendo comprovado somente em 04/09/2025**.
- 4.13. Portanto, ainda que em diligência, conforme Art. 64, inc. I e II e seus parágrafos da Lei n.º 14.133/2021, não cabe, como direito, à **recorrida** apresentar documentos novos, uma vez que a DAM e seu pagamento datam posteriormente à **abertura da licitação**.
- 4.14. Assim, para que fique claro, observe o Acórdão 2443/2021, Plenário, do Tribunal de Contas da União:

Acórdão 2443/2021 - TCU - PLENÁRIO

[Enunciado] A vedação à **inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), **não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência**.

- 4.15. Diante disso, não há como considerar que os documentos expedidos após ou com data igual à segunda diligência, **03/09/2025**, eram preexistentes à abertura o **Pregão Eletrônico n.º 90184/2024**, mas sim que passaram a existir *a posteriori*. Portanto, é possível caracterizar que a **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS (CAPITAL EXTINTORES)** **apresentou documentação que extrapolou os limites da diligência**.
- 4.16. Nesse contexto, caso haja aceitação da nova DAM e seu pagamento, haverá prejuízo à legalidade da diligência, bem como mácula a outros princípios explícitos na Lei de Licitações e Contratos.
- 4.17. Não obstante, encontra-se demonstrado inequivocamente que a **recorrida não peticionou tempestivamente**, como havia informado, a **renovação em 10/07/2025 do seu alvará sanitário**.

5. DECISÃO

5.1. As licitações devem ser realizadas com respeito aos princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo elas julgadas com base na legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao Instrumento Convocatório, julgamento objetivo e outros princípios correlatos.

5.2. Considerando o exposto, **CONHEÇO** o Recurso Administrativo interposto pela empresa **J. PEREIRA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, no contexto do processo licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 90184/2024**, e, no mérito, **CONCEDO-LHE PROVIMENTO TOTAL, REFORMANDO** a decisão que **HABILITOU** a **GLOBAL COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS**.

Porto Velho-RO, 04 de setembro de 2025

Atenciosamente,

Róger Cardoso
Pregoeiro SUPEL-COEDU
Portaria n.º 74/2025/SUPEL-GAB/RO



Documento assinado eletronicamente por **Róger Martins Cardoso, Pregoeiro(a)**, em 04/09/2025, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063789971** e o código CRC **A135A1DD**.